



CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE O ENSINO SUPERIOR EM CABO VERDE E EM CONTEXTOS INTERNACIONAIS

(Praia e Mindelo, 8 e 9 de abril de 2027)

*“A educação é a arma mais poderosa que podemos
usar para mudar o mundo” (Nelson Mandela)*

*“Aprender na vida, aprender junto do nosso povo, aprender nos
livros e na experiência dos outros. Aprender sempre!” (Amílcar Cabral)*

ORGANIZAÇÃO DOS PAINÉIS TEMÁTICOS (SUGESTÕES)

Além das sessões de abertura e de encerramento e das conferências em plenário, a Conferência Internacional compreende a discussão das comunicações submetidas, nos termos do respetivo regulamento e em função dos seguintes painéis temáticos:

Eixo 1- Currículo, Tecnologias, IA e pedagogia no ensino superior

Eixo 2 – Governação, Financiamento sustentabilidade das Instituições de Ensino Superior (IES).

Eixo 3- Qualidade, Regulação e Avaliação do Ensino Superior

Eixo 4- Internacionalização, geopolítica do conhecimento e o futuro do ensino superior global

Eixo 5 – Contributo da diáspora científica no desenvolvimento do ensino superior;

Eixo 6- Liberdade académica, interdisciplinaridades e emancipação

Eixo 7 – Culturas, identidades, conhecimento e pós-memória

Apresentam-se em seguida, linhas de orientação, de carácter meramente indicativo, para a organização dos diversos eixos temáticos os quais podem ainda ser tomadas em consideração pela Comissão Organizadora no contacto com instituições públicas, empresas e organizações da sociedade civil para efeitos de colaboração e apoios na realização da Conferência Internacional, quer pelas mesas dos painéis,

EIXO 1- CURRÍCULO, TECNOLOGIAS, IA E PEDAGOGIA NO ENSINO SUPERIOR

1.1. Contextualização

O ensino superior global atravessa uma crise de "relevância", com tendência para ceder espaço a modelos alternativos de formação, de curta duração e empregabilidade imediata. Em Cabo Verde e noutros contextos, particularmente nas universidades do Sul, o desafio é duplo: garantir que os currículos sejam capazes de traduzir um conhecimento que seja pertinente e relevante nos planos nacional e internacional; propiciar modelos de formação que propiciem a qualificação dos estudantes para a inserção na vida ativa, mediante a ligação sistemática entre a teoria e a prática, a investigação e a inovação, de modo a responder às exigências de fomento da economia local (Economia Azul, Verde, Digital, Turismo, etc.).

Neste eixo foca-se, ainda, na transição de um modelo de ensino centrado na transmissão dos conteúdos para um modelo centrado na construção ativa de competências para a vida nos novos e desafiantes contextos, o que impõe mudanças no paradigma pedagógico e na formação do professor universitário, que não se limita à aquisição de grau académico numa determinada área disciplinar.

Ao confrontar as práticas recorrentes de formação com as oportunidades de integração de novas metodologias ativas, aplicações digitais e ferramentas de Inteligência Artificial, numa perspetiva ética, reflexiva e pedagógica, pretende-se desenhar um referencial pedagógico inovador que propicie às Instituições de Ensino Superior (IES) não apenas o acompanhamento dos padrões internacionais de excelência académica, mas a sua transformação num laboratório de desenvolvimento de competências críticas para o século XXI.

1.2. Objetivos Específicos do Eixo

- a) Identificar boas práticas nacionais e internacionais de conceção curricular;
- b) Discutir formas de integração das tecnologias digitais, da inteligência artificial, das competências técnico-científicas e atitudes crítico-criativas na formação universitária;

- c) Propor diretrizes para a formação contínua e em exercício do corpo docente em pedagogia e metodologias de ensino-aprendizagem-avaliação;
- d) Discutir indicadores de qualidade da formação acadêmica, segundo abordagens que valorizem processos e resultados visando o real impacto na sociedade.
- e) Identificar modalidades de acompanhamento e de formação contínua dos diplomados;
- f) Propor mecanismos para a progressão funcional dos docentes como um fator de desenvolvimento na carreira e indutor de impacto na qualidade do ensino.

1.3. Tópicos indicativos para Comunicações e Debates

- i. Reformas Curriculares no Ensino Superior: Integração da investigação, do ensino e da extensão nos currículos; Integração do Conhecimento válido do Norte, do Sul e de outras latitudes; Combinação dos cursos regulares com microcertificações (microcredenciais) que potenciem competências para a vida;
- ii. Pedagogia do Ensino Superior: Perfil do docente do ensino superior. Desafios e oportunidades das Tecnologias Digitais e da Inteligência Artificial na formação académica;
- iii. Universidade Digital e em Rede: Hibridismo e Digitalização como estratégia de superação da descontinuidade territorial no acesso à formação; Formação em Rede e integração da Diáspora;
- iv. Perfil dos diplomados do ensino superior: Competências disciplinares, pluridisciplinares e Transversais (Soft Skills): Estratégias para integrar pensamento crítico, literacia digital, investigação científica, inovação tecnológica e empreendedorismo em cursos universitários;
- v. Currículo e formação ao longo da vida: Currículo e vida ativa. Ligação com os diplomados do ensino superior (Alumni); Formação contínua dos diplomados (Cursos modulares e Microcredenciais).

1.4. Resultados Esperados:

Comunicações e conferências temáticas

Proposta de Conclusões e Recomendações

EIXO 2 – GOVERNAÇÃO, FINANCIAMENTO, SUSTENTABILIDADE DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

2.1. Contextualização

Os modelos e instrumentos de governança universitária devem estar em sintonia com a ação das estruturas de gestão académica, afinando-se pelo mesmo diapasão que é a garantia da qualidade da formação de forma sustentável. Particularmente em contextos de periferia e em pequenos estados insulares, como é o caso de Cabo Verde, é imperioso passar de um modelo de mera sobrevivência, agravado pela proliferação de instituições universitárias, sem o devido acautelamento prévio do seu potencial de sustentabilidade, para um modelo de universidade capaz de potenciar sinergias para o seu desenvolvimento institucional e de assegurar um sistema de formação que, ao integrar a investigação, o ensino e a extensão, se desenvolva de modo coerente articulado e financiado.

Ora, no atual contexto, a formação académica em Cabo Verde e em universidades da periferia global enfrenta o "paradoxo da escassez" que se expressa, nomeadamente, nos seguintes desafios, que vem ser vencidos (i) a necessidade crítica de apropriação e mobilização da ciência e da tecnologia para resolver problemas locais (ex: gestão de água, energias renováveis, segurança alimentar), por um lado, e a limitação de recursos alocados à produção científica e à inovação tecnológica, por outro; (ii) a necessidade de formar recursos humanos altamente qualificados e, em contraponto, as limitações económicas e financeiras da grande parte das Famílias e do Estado para financiar o acesso e a frequência dos alunos mais pobres, condição necessária para o rompimento do ciclo da pobreza.

Importa, pois, neste eixo explorar como as Instituições de Ensino Superior (IES), em articulação com os Poderes Públicos, podem romper com a lógica da mera dependência de fundos transferidos por entidades públicas, mediante a procura de modelos híbridos de financiamento e de parcerias, de ganhos recíprocos, suscetíveis impactar positivamente na inclusão dos alunos, na sustentabilidade das IES e na qualidade da formação, sendo esta última alinhada com o empoderamento da sociedade.

2.2. Objetivos Específicos

- a) Refletir sobre o modelo e a visão da universidade e os fatores da sua sustentabilidade académica e financeira;
- b) Identificar constrangimentos e boas práticas de acesso, frequência e inclusão dos alunos nas IES;
- c) Mapear fontes de financiamento internacional acessíveis a países de rendimento médio e pequenos estados insulares.
- d) Debater a criação de um Fundo Nacional de Investigação Científica em Cabo Verde com base em boas práticas de outros contextos periféricos.
- e) Estabelecer estratégias para aumentar a produção científica indexada, fator determinante para a atratividade de fundos globais.

2.3. Possíveis Tópicos de Discussão

- i. Modelo de universidade em contextos diversos (países insulares e do Sul, países da CPLP, dos PALOP, etc.)
- ii. Modelos de financiamento: Fundos retroalimentáveis: Ativação de uma Fundação Cabo-verdiana para o Ensino Superior (FUES), com a criação de mecanismos de matching funds com parceiros internacionais e de modelos de reembolso;
- iii. Diplomacia Científica e Diáspora: Mobilização da vasta diáspora cabo-verdiana para investir e ou captar financiamento externo direcionado a projetos em rede, suscetíveis de gerar retornos para a retroalimentação dos fundos
- iv. Parcerias Público-Privadas (PPP): Incentivos fiscais e estratégias para atrair o setor empresarial local e regional para o cofinanciamento de centros de investigação aplicados.
- v. Ciência Aberta e Partilha de Infraestruturas: Modelos de baixo custo para laboratórios partilhados e redes de dados entre universidades da periferia para otimizar recursos limitados.
- vi. Incubação de empresas e Empreendedorismo de jovens universitários.

2.4. Resultados Esperados

Comunicações e conferências temáticas

Proposta de Conclusões e Recomendações

EIXO 3- QUALIDADE, REGULAÇÃO E AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

3.1. Contextualização

Numa era de transformações globais aceleradas, a relevância do Ensino Superior em Cabo Verde e nos contextos internacionais depende, fundamentalmente, da capacidade de reinventar os seus modelos de formação académica, por forma a assegurar que esta corresponda às demandas nacionais e internacionais de qualidade. Neste eixo temático propõe-se uma reflexão aprofundada sobre o trinómio Qualidade-Regulação-Inovação, partindo do pressuposto de que o currículo universitário não é um documento estático, mas um projeto que é prescrito e se realiza no âmbito de um ecossistema dinâmico, em que interatuam diversos sujeitos, dentro e fora dos marcos tradicionais da academia, de modo a corresponder às perspetivas de realização dos estudantes e às exigências da economia e da sociedade.

3.2. Objetivos específicos

- a) Analisar os modelos e práxis de regulação internacional do ensino superior, explorando modalidades alternativas, assentes em lógicas humanistas emancipatórias e holísticas de promoção da qualidade da formação universitária;
- b) Identificar estratégias para a internacionalização do ensino superior cabo-verdiano;
- c) Promover a cultura de avaliação, fomentando a integração entre a autoavaliação e a heteroavaliação ineridas na perspetiva de melhoria contínua.
- d) Avaliar o impacto do investimento público e das parcerias internacionais na qualidade do ensino superior.

3.3. Possíveis de Tópicos de Discussão

- i. Regulação Internacional: Análise crítica de oportunidades de regulação no contexto dos países da CPLP e do Sul
- ii. Regulação e Qualidade do Ensino Superior em Cabo Verde: O papel da Agência Reguladora do Ensino Superior (ARES) na acreditação e avaliação das instituições e dos ciclos de estudos; A Regulação e a promoção de uma cultura de avaliação

- e melhoria contínua; As Agências Reguladoras e os desafios da regulação e da promoção da qualidade no mundo digital e nos novos contextos internacionais;
- iii. Modelos de Avaliação Institucional: Complementaridades entre a heteroavaliação (externa) e a autoavaliação (interna).
 - iv. Tendências Globais e Cooperação: A influência de modelos internacionais e a importância da cooperação no espaço da CPLP E DOS PALOP's na prossecução de metas no horizonte 2030.
 - v. Indicadores de Qualidade: Debate de indicadores como corpo docente qualificado, infraestruturas, produção científica, inovação tecnológica, inclusão e sucesso académico, empregabilidade;
 - vi. Reforma Legislativa: Análise do novo pacote de revisão da legislação de bases do ensino superior em Cabo Verde.

3.4. Resultados Esperados

Comunicações e conferências temáticas

Proposta de Conclusões e Recomendações

EIXO 4- INTERNACIONALIZAÇÃO, GEOPOLÍTICA DO CONHECIMENTO E O FUTURO DO ENSINO SUPERIOR GLOBAL

4.1. Contextualização

A política de ensino superior em Cabo Verde evoluiu de uma fase baseada exclusivamente na formação de quadros no exterior (até 1979) para uma etapa de aposta na expansão paulina da oferta autóctone de formação superior, sem se coartar a procura de formação em universidades estrangeiras, especialmente portuguesas e brasileiras, com respaldo do Estado e ao abrigo de protocolos de cooperação.

Nesse processo, marcado por avanços e alguns recuos na frequência de IES nacionais, evidenciam-se tanto tendências de "internacionalização mercantilizada", em que o ensino superior se apresenta como campo de concorrência na disputa de estudantes, como de "internacionalização solidária", baseadas na cooperação Sul-Sul, de pendor humanista.

Num tempo em que o conhecimento não conhece fronteiras, mas a sua produção ainda reflete profundas assimetrias geopolíticas, esta Conferência não se limita a olhar para o arquipélago, pelo que se apresenta como um fórum de reflexão, com contributos de académicos de diversos continentes, sobre as oportunidades que se oferecem às IES para promoverem o ensino superior como “bem público”, fator de empoderamento e impulsionador de progresso social sustentável, contrapondo-se assim às perspetivas hegemónicas mercadológicas.

Importa, assim, discutir como pode o ensino superior cabo-verdiano ser internacional sem perder a sua identidade e foco nos problemas nacionais, de que forma a tecnologia pode democratizar o acesso ao conhecimento global sem aprofundar o "analfabetismo digital" e, em fim, como as instituições de Ensino Superior podem influenciar a agenda global de conhecimento, em vez de se limitarem a cumprir seus postulados, na perspetiva de assegurar a sustentabilidade do ensino superior em Cabo Verde e noutros contextos.

4.2. Objetivos específicos

- a) Promover o diálogo sobre o papel das universidades na construção de sociedades resilientes, comparando modelos de governação e inovação entre o Norte e o Sul Globais;
- b) Compreender as possibilidades de posicionamento ativo e crítico das IES da periferia como protagonistas na produção científica global relevante e colaborativa;
- c) Promover a Internacionalização Solidária do Ensino Superior, superando a lógica mercadológica, expressa na competição desenfreada entre instituições.
- d) Debater o Futuro do Ensino Superior no contexto atual face ao ressurgimento de novas tendências nas relações de Poder, tensões geopolíticas, prioridades de investigação e utilização da Ciência e da Tecnologia;
- e) Fortalecer a "Internacionalização em Casa" através de mecanismos de mobilidade e interação virtual;
- f) Discutir estratégias para integrar dimensões globais na formação académica autóctone, na produção e partilha de conhecimento;
- g) Debater a pertinência de promoção da cultura de internacionalização no ensino, na investigação científica, na extensão e na gestão académica;
- h) Discutir estratégias de criação duma revista científica internacional indexada e sustentável, voltada para veiculação preferencial de artigos de investigadores da CPLP e dos PALOP, na perspetiva de lhes conferir maior visibilidade.

4.3. Possíveis Tópicos de Discussão

Neste eixo propõe-se discutir como as universidades, independentemente da sua localização, podem afirmar-se como elementos do ecossistema global de ensino superior, mediante a procura de respostas efetivas a novas exigências, designadamente:

- Alternativa à Hegemonia do Conhecimento: Análise de formas alternativas de rankings internacionais e de Accountability no ensino superior, que traduzam as especificidades e missões específicas das universidades em países em desenvolvimento e abordagem de forma holística os processos e resultados da formação académica

- Universidade em Rede e Sem Muros: O fim das fronteiras físicas através do ensino híbrido e dos currículos partilhados; A superação do ciclo vicioso da periferação (fosso local/central; centralização; isolamento);
- Diplomacia Científica nas Relações Norte-Sul: Estabelecimento de parcerias entre universidades de países desenvolvidos na produção científica e na disseminação do conhecimento;
- Diplomacia científica nas relações sul-sul: busca de parcerias entre universidades do sul global para a investigação e divulgação científicas e inovação tecnológica;
- Norte-Sul: Estabelecimento de parcerias entre universidades de países desenvolvidos na produção científica e na disseminação do conhecimento;
- Transição Digital, Inteligência Artificial e Ética Global: O impacto do Ensino a Distância (EaD), das aplicações digitais e da IA na redefinição do papel do campus universitário e da relação professor, na promoção da integridade académica e na abordagem pedagógica em diferentes contextos;
- Ensino Superior, Desafios Globais e Agenda 2030: O papel fundamental das Instituições de Ensino Superior (IES) no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU; O ensino superior como motor da literacia climática e de soluções para a sustentabilidade ambiental, a transição energética e a viabilidade de estados insulares como Cabo Verde;
- Mobilidade Académica no Contexto Contemporâneo: Identificação de novos formatos de cooperação e mobilidade académicas.

4.4. Resultados Esperados

Comunicações e conferências temáticas

Proposta de Conclusões e Recomendações

EIXO 5 – CONTRIBUTO DA DIÁSPORA CIENTIFICA NO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR

1. Contextualização

Com apenas meio milhão de cidadãos residentes, Cabo Verde é, porém, uma Nação que se prolonga por uma Diáspora que, segundo as estimativas, ultrapassa um milhão de nacionais, que participam nos diversos domínios da vida país. A contribuição dos emigrantes está muito aquém das suas potencialidades, nomeadamente no campo científico e académico.

Investigadores de origem cabo-verdiana ocupam posições de relevo em universidades e centros de I&D na Europa, Américas e noutros pontos de África.

Não obstante algumas experiências de colaboração de académicos de origem cabo-verdiana residentes no estrangeiro em projetos académicos de IES nacionais, o contributo da diáspora científica no desenvolvimento do ensino superior em Cabo Verde pode ser maximizado mediante uma estratégia assente em alguns parâmetros fundamentais: levantamento exaustivo dos académicos da diáspora e das modalidades de sua participação no desenvolvimento do ensino superior; adoção, a nível do Estado, de medidas de política de ensino superior e, a nível das universidades, de políticas académicas que, afinando-se pelo mesmo diapasão, propiciem e favoreçam a integração ou colaboração dos académicos da diáspora em projetos de formação e de investigação. Efetivamente, a integração da diáspora científica no sistema nacional de Ensino Superior não é apenas um desejo de proximidade cultural, mas uma necessidade estratégica para elevar o nível académico, aumentar a produção científica indexada e facilitar o acesso a redes de financiamento internacional onde estes investigadores já estão inseridos.

Este Painel, que pode ser organizado sob a forma de Mesa Redonda, integrando investigadores da diáspora e investigadores nacionais interessados, propõe-se, assim, contribuir para a transformação da "fuga de cérebros" em "circulação de cérebros", conectando o capital intelectual de cabo-verdianos no exterior e no país para o fortalecimento das instituições nacionais.

5.2. Objetivos específicos

- a) Apreciar a produção científica de investigadores da diáspora;

- b) Refletir sobre a problemática da fuga de cérebros e da sua reversão em prol dos países de origem;
- c) Compreender o Capital Intelectual da Diáspora, identificando os académicos, suas áreas de atuação e disponibilidades de colaboração;
- d) Identificar modalidades de aproveitamento da experiência internacional da diáspora para potenciar o ensino superior e a investigação científica em e sobre Cabo Verde;
- e) Promover a utilização das redes da diáspora científica para facilitar o acesso a infraestruturas, laboratórios e financiamentos internacionais
- f) Discutir formas de colaboração com os académicos da diáspora para a redução de assimetrias científicas e tecnológicas;
- g) Debater políticas públicas e formas de cooperação que incentivem o retorno (físico ou virtual) de talentos da diáspora científica

5.3. Possíveis Tópicos de Discussão

- i. As problemáticas de “Brain Drain” (Fuga de Cérebros), 'Brain Gain' (Ganho de Cérebros) e “Brain Circulation” (circulação de cérebros): Inverter a lógica da perda de talentos para uma lógica de ganhos em rede de colaboração presencial ou remota de duração variável;
- ii. Partilha de estudos, patentes, tecnologias e inovações desenvolvidos no estrangeiro por académicos de origem cabo-verdiana e suscetíveis de serem adaptadas à realidade do arquipélago;
- iii. Discussão da Viabilidade de Cátedras de Curta Duração (Visiting Scholars) - programas de "professores visitantes", onde investigadores da diáspora passam períodos intensivos em Cabo Verde para lecionar módulos avançados ou apoiar laboratórios.
- iv. Co-orientação Transatlântica: discutir a viabilidade de doutoramentos realizados em Cabo Verde terem um orientador ou co-orientador da diáspora, garantindo, onde for possível, dupla validação científica.
- v. Diplomacia Científica e Diaspórica: Como os cientistas no estrangeiro podem atuar como embaixadores para captar projetos de I&D (Investigação e Desenvolvimento).

- vi. Barreiras Jurídicas e Administrativas: Desafios na equivalência de graus, contratação de quadros externos e incentivos fiscais para o "retorno de competências".
- vii. Plataformas Digitais de Colaboração: O uso da tecnologia para aulas magnas, seminários e projetos de investigação conjuntos sem necessidade de deslocação física permanente.

5.4. Resultados Esperados

Comunicações e conferências temáticas

Proposta de Conclusões e Recomendações

EIXO 6- LIBERDADE ACADÊMICA, INTERDISCIPLINARIDADES E EMANCIPAÇÃO

6.1. Contextualização

Nos regimes políticos democráticos, as universidades, em particular, e as instituições de ensino superior, em geral, gozam de uma ampla autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com poder e capacidade de decisão também (e sobretudo) nas áreas científicas e técnicas, bem como na definição de princípios e valores relativos a direitos humanos fundamentais congruentes com a sua missão. São, também por isso, instituições que estão particularmente vocacionadas para a investigação e para a transmissão do conhecimento, com grande capacidade de interlocução com o poder político, com o mundo empresarial e com a sociedade civil.

A autonomia institucional, traduz-se na possibilidade que os docentes e investigadores têm para definir os objetos de estudo e de investigação, exercendo a liberdade de ensinar e de aprender, sem cerceamentos que não sejam exclusivamente os que dizem respeito aos princípios constitucionais e demais diplomas legais, bem como aos regulamentos e códigos de ética definidos e aprovados nas instâncias colegiais que possuem a devida legitimidade para o fazer.

Trata-se, portanto, daquilo que é amplamente reconhecido como o princípio da liberdade académica. Princípio que começa a ser constrangido e ameaçado em alguns países, mas que continua a ser amplamente respeitado (e até ampliado) nas instituições de ensino superior, tendo permitido avanços extraordinários em termos de descobertas e inovações científicas e tecnológicas, na área das chamadas *ciências duras*, bem como de capacidade reflexiva e crítica e de imaginação criadora nas áreas das ciências sociais e humanidades. Por outro lado, cada vez mais, com o avanço do conhecimento em todas estas áreas, a afirmação das velhas e rígidas fronteiras disciplinares está a deixar de fazer sentido. Neste sentido, as interdisciplinaridades são incontornáveis, maximizando sinergias de vários domínios, de forma a dar melhor conta da crescente complexidade do mundo e dos problemas contemporâneos. E tudo isso, se pensado e assumido em função da preservação ambiental e ecológica, de justiça epistémica e de respeito por todas as formas de vida, não pode deixar de constituir-se como uma alternativa emancipatória.

6.2. Objetivos específicos

- Perceber orientações políticas e culturais que justificam ou induzem diferentes formas de negacionismo científico e promover mecanismos efetivos de sua erradicação;
- Perceber como as instituições de ensino superior têm reagido às interferências externas que procuram cercear a autonomia científica e pedagógica E DISCUTIR ações resilientes a esse cerceamento;
- Dar a conhecer formas organizativas (departamentais, de centros de pesquisa, de lecionação, etc.) que assentem em práticas de interdisciplinaridade;
- Conhecer os valores e princípios que estão inscritos em estatutos e códigos de ética que abrangem os docentes e investigadores de instituições de ensino superior.

6.3. Possíveis Tópicos de Discussão

- i. Causas políticas e culturais do negacionismo científico
- ii. Implicações sociais e políticas das contribuições científicas
- iii. O papel dos cientistas como académicos comprometidos
- iv. Apropriações da ciência e capitalismo académico
- v. Colaboração interdisciplinar entre ciências sociais e humanas e *ciências duras*

6.4. Resultados Esperados

- ii. Comunicações e conferências temáticas
- iii. Proposta de Conclusões e Recomendações

EIXO 7 – CULTURAS, IDENTIDADES, CONHECIMENTO E PÓS-MEMÓRIA

7.1. Contextualização

No final dos anos oitenta, início dos anos noventa do século passado, na sequência de acontecimentos extraordinários a nível mundial, que impulsionaram, nomeadamente, a internacionalização crescente do capitalismo, passámos a falar de forma cada vez mais recorrente de globalização. Não tardou para que percebêssemos que falar de globalizações no plural era mais congruente com as mudanças profundas que estavam a ocorrer porque não estava em causa apenas a dimensão económica, mas também muitas outras dimensões que se foram associando ou que se tornaram mais visíveis pela sua assunção mais intencional e explícita na agenda que ia transcendendo o espaço nacional. Foi isso que aconteceu com a cultura e com a educação, de tal modo que, nas visões mais críticas, se têm discutido cada vez mais as consequências da crescente standardização e uniformização do que conta (ou deve contar) como conhecimento válido, nomeadamente ao nível dos currículos escolares e das formas de avaliação.

O que se designou na sociologia de *nacionalismo metodológico* – expressão que pretendia chamar a atenção para expressiva autonomia (relativa) do Estado nacional na definição das políticas educativas e das formas de avaliação, bem como no acionamento dos mecanismos de violência física e simbólica para reprimir a expressão de identidades e diferenças culturais, religiosas, étnicas, linguísticas, etc. em favor da homogeneização de uma identidade nacional – foi também desafiado pelo movimento de globalização. Neste sentido, o que constituía (e continua a constituir em muitos casos) uma aspiração legítima (e pela qual muitos lutaram e deram a vida) era (e é) a liberdade e todas as condições de vida para a uma realização plena, com uma justa expressão das diferenças e identidades, nomeadamente com o fim (jurídico) de todas as formas de colonialismo. Essa aspiração que é, afinal, um dos direitos humanos fundamentais, apesar dos avanços em muitos países e contextos, está hoje ameaçada pelos acontecimentos que estão a ocorrer em várias regiões do mundo (guerras, genocídios, ecocídios, desrespeito ao direito internacional, repressão das identidades, intrusão ilegítimas nas soberanias nacionais, etc. etc.) Assinalou-se, uma vez mais, em 25 de março, o *Dia Internacional em Memória das Vítimas da Escravatura e do Comércio Transatlântico de Escravos* e a Assembleia Geral da ONU adotou uma resolução para o reconhecimento do tráfico

transatlântico de escravos como “o crime mais grave contra a humanidade”. A análise das votações (maioritariamente a favor) também mostra que houve três votos contra e 52 abstenções. Votos contra e abstenções não podem deixar de ser interpretadas, continuando a revelar uma divisão entre o Norte Global e o Sul Global, e comprovando que, apesar do fim do colonialismo, a *colonialidade* permanece. É também por isso que, apesar de terem já passado algumas décadas, ainda é possível (e desejável) fazer estudos que permitam recolher testemunhos de pessoas que vivenciaram situações traumáticas, como a guerra colonial e a vida nas antigas colónias, ou de pessoas que, não tendo vivenciado essas situações, querem constituir um passado que afetou familiares e se mantém presentes nas suas consequências. É, particularmente, nestes casos, que os estudos da pós-memória começam a ter uma grande importância, esperando-se que a universidade os possa incentivar em termos de investigação, sobretudo nas áreas das ciências sociais e humanas.

7.2. Objetivos específicos:

- iv. Discutir as tensões entre as questões da identidade nacional e a globalização cultural
- v. Analisar os mecanismos de vigilância sobre as manifestações das identidades, os direitos humanos básicos e o refluxo de movimentos políticos antidemocráticos, mais conservadores e radicais
- vi. Perceber as alterações nas políticas migratórias e o eventual impacto nos projetos de internacionalização no ensino superior
- vii. Reconhecer as formas de colonialidade em contextos de diáspora e de mobilidade estudantil
- viii. Sublinhar a necessidade de estudos e investigações empíricas centrados em abordagens baseadas na memória e na pós-memória.

7.3. Possíveis Tópicos de Discussão

- i. O ensino superior e a preservação da memória histórica
- ii. O debate sobre a descolonização do conhecimento universitário
- iii. A receção das «epistemologias do sul» na investigação
- iv. A literatura, o intercâmbio cultural e diálogo pós-colonial

7.4. Resultados Esperados

- ix. Comunicações e conferências temáticas
- x. Proposta de Conclusões e Recomendações

Documento validado, com carácter indicativo, em maio de 2026.

A Comissão Científica.